

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2007 (Do Sr. Moreira Mendes)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir o aquecimento global e suas conseqüências para a diversidade biológica, a conservação florestal, o setor produtivo, a saúde pública e a infra-estrutura urbana.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a convocação de Reunião de Audiência Pública, a realizar-se conjuntamente com as Comissões de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável; da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Seguridade Social e Família; de Desenvolvimento Urbano e ainda a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para discutirem as conseqüências do Aquecimento Global sobre a diversidade biológica; os serviços ambientais de regulação climática, de conservação do solo e de disponibilidade hídrica; a conservação florestal; a agricultura e a pecuária; a produção industrial; a saúde pública e a infra-estrutura urbana, além das iniciativas do governo no âmbito doméstico e relacionadas à cooperação internacional.



9EDD41DD53

Para compor as mesas de debate, deverão ser convidados expositores que representem a sociedade civil organizada, as entidades governamentais, o setor produtivo, a comunidade científica e as agências multilaterais, conforme a abrangência de cada tema.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo artigo publicado na Folha de São Paulo, em 03 de fevereiro, as mudanças climáticas deverão pegar Brasil desprevenido. O País não tem um plano de adaptação à nova situação climática, que deverá, por exemplo, mudar completamente, no prazo de 20 a 45 anos, o cenário agrícola do País.

Conforme pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura da Unicamp, em parceria com a Embrapa Informática Agropecuária, as perdas econômicas, para a maior parte dos agricultores, deverão aumentar bastante.

Os cenários futuros construídos pelos pesquisadores consideram aumentos de temperatura da ordem de 1 °C, 3 °C e 5 °C e um aumento nos níveis de chuva em 5%, 10% e 15%. O índice de acerto das previsões é de 80%, previsões que também consideram os tipos de solo para o plantio. Um aumento de 3 °C nas temperaturas máximas do Brasil, apenas no caso do café, significa um prejuízo de R\$ 2 bilhões. No total, para todos os grãos, a perda do potencial de plantio no País será de 25%.

Caso a temperatura aumente em média 5,8 C, vamos perder 92% da área útil de plantio do café em São Paulo, Minas Gerais e Paraná. A migração das culturas na agricultura paulista já é uma realidade. Na cálida São José do Rio Preto, o café está abrindo passagem para as seringueiras, que prosperavam sob o clima amazônico.

Além do café, que tende a migrar para o Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, a soja também sofrerá impacto. Como é uma cultura que depende muito de água, deverá desaparecer por completo do Rio Grande do Sul, onde haverá ainda maior aumento de secas. A soja poderá perder até 64% de



9EDD41DD53

área, com um aumento de 5,8 C.

Já outro artigo, desta vez do Financial Times, de 04 de fevereiro, traça um cenário de mudanças no setor industrial.

Diz o artigo que o aumento das temperaturas globais provavelmente significará mais inundações, secas e furacões, assim como escassez de comida e água em diversas partes do globo. As políticas para redução das emissões certamente irão afetar o comportamento industrial.

Não deverá demorar muito até que questões de mudança climática comecem a ter impacto sobre a lucratividade e o preço das ações das empresas de petróleo e gás, grupos de mineração, construtoras, serviços públicos, companhias aéreas, indústria automotiva e seguradoras. Outros setores poderão ser atingidos - o cimento, por exemplo, representa mais de 5% das emissões globais de CO₂.

Por outro lado, as empresas globais que fornecem instalações e equipamentos para o setor de geração de energia alternativa, irão, provavelmente, beneficiar-se.

Alguns grandes grupos já estão tratando o assunto seriamente. A British Petróleo tenta reformular-se com sua agenda "Além do Petróleo"; a Toyota fez investimentos substanciais em carros híbridos; a Tesco planeja rotular seus produtos para mostrar quanto dióxido de carbono é emitido durante sua produção, transporte e consumo.

As principais consultorias do mundo prevêem que os executivos-chefes das empresas serão perguntados sobre suas estratégias de mudança climática com a mesma certeza com que foram perguntados sobre sua estratégia para Internet na virada do século.

Na próxima semana, a FTSE - a empresa de índices - anunciará que os grupos elegíveis para inclusão no índice FTSE4Good terão que atender critérios de mudança climática.

Serão traçadas distinções entre aqueles que estão administrando a agenda de mudança climática de forma eficiente e aqueles que não. As empresas provavelmente não gostarão da perspectiva de serem afastadas do índice por não terem feito o suficiente.



9EDD41DD53

Outro artigo da Folha de São Paulo, também de 3 de fevereiro, trata da questão urbana e da saúde pública.

Segundo José Marengo, pesquisador do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o Brasil precisa conhecer as vulnerabilidades à mudança climática de suas várias regiões, para adotar uma política pública de "redução de danos".

Por enquanto, o Brasil não tem um plano nacional de vulnerabilidade, como existe em outros países do mundo. Na Holanda, por exemplo, um plano de reordenamento territorial e agrícola já está em curso. O país fica abaixo do nível do mar e deve deixar a água invadir parte de seu território.

Um modelo feito por Marengo mostra que, no pior cenário, as temperaturas vão subir em até 6 °C na maior parte do Brasil durante o próximo século.

Uma zona com bastante risco é o Semi-Árido. As secas mais freqüentes poderão gerar refugiados do clima. Grandes ondas de migração, o que irá, provavelmente, inchar ainda mais as regiões metropolitanas.

No caso do Sudeste, como os episódios das chuvas intensas devem aumentar (mesmo que não ocorra uma elevação no volume total de precipitação no ano), o recrudescimento de problemas já conhecidos dos moradores das grandes cidades parece inevitável. Nestas cidades, grande parte da população mora nas encostas e nos leitos dos rios. As cidades estão muito impermeáveis, devido ao excesso de "urbanização" (calçamento, etc), e com muito lixo em locais inadequados. Infelizmente, é muito provável que a abertura de crateras e a queda de marquises, entre outros incidentes urbanos, irão freqüentar cada vez mais as páginas dos jornais.

Com relação à saúde pública, Ulisses Confalonieri, pesquisador da Fiocruz e membro do Grupo de Trabalho 2 do IPCC (Painel Intergovernamental da ONU) - voltado para adaptação e vulnerabilidade – afirma que os casos de malária, dengue e diarreia tendem a aumentar onde as doenças já existem: o aquecimento diminui mais ainda as diferenças de temperatura entre inverno e verão, facilitando a reprodução de insetos vetores de doenças.

O pesquisador diz ainda que haverá um risco maior nas



9EDD41DD53

zonas urbanas de leishmaniose e leptospirose e pergunta: "Isso vai ocorrer. Como vamos nos virar? Na verdade, a pergunta é outra. Temos de saber como o poder público vai acudir as pessoas".

Estas são algumas das questões colocadas que precisam da atenção desta Casa, de urgentes debates e de igualmente urgentes medidas. O Parlamento brasileiro não pode estar ausente daquele que é o maior desafio da humanidade no século XXI. Se o País, como pudemos verificar, não está se preparando à altura para as temíveis consequências do Aquecimento Global, é preciso promover o debate e alçar a questão ambiental ao mais elevado nível na agenda nacional.

Subsidiados das informações e dos argumentos suficientes, é urgente que sejamos propositores de políticas públicas que respondam à demanda pela diminuição dos efeitos inevitáveis das mudanças climáticas sobre nossa economia e, mais importante, sobre a vulnerabilidade da população carente e, portanto, despossuída de defesa contra as calamidades que estão por vir.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado Moreira Mendes



9EDD41DD53